



ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

Relatório da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos relativo às Contas da Campanha Eleitoral para a Eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pelo Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP/MRPP)

PA 11/ALRAA/20/2020

Junho 2024



Índice

Índice	1
Lista de siglas e abreviaturas.....	2
Sumário	3
1. Introdução	3
2. Método e Responsabilidade.....	3
2.1. Método.....	3
2.2. Responsabilidade do mandatário financeiro	6
3. Informação Financeira.....	6
4. Resultados / Observações	7
4.1. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha	7
4.2. Receita não refletida na conta bancária de campanha.....	8
4.3. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – produto da atividade de angariação de fundos	9
4.4. Ausência de registo de receita de campanha	12
4.5. Deficiências no suporte documental de algumas despesas.....	12
5. Conclusões.....	14
6. Direito ao Contraditório	14
Lista de Anexos.....	16



Lista de siglas e abreviaturas

ALRAA 2020	Eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores realizada em 25 de outubro de 2020
ECFP	Entidade das Contas e Financiamentos Políticos
IAS	Indexante dos apoios sociais
Lei n.º 19/2003	Lei n.º 19/2003, de 20 de junho
LO n.º 2/2005	Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro
Listagem n.º 2/2020	Listagem n.º 2/2020, de 20 de maio de 2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 117, de 18 de junho de 2020
PCTP/MRPP	Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses



Sumário

O Relatório que a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos envia à apreciação do **PCTP/MRPP**, relativo às contas de campanha da eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, para além de apresentar uma descrição da metodologia seguida, contém uma visão global da informação financeira relevante, seguida de uma explanação dos resultados obtidos que ou demonstram impossibilidade/limitação na análise ou revelam erros ou incumprimentos detetados.

1. Introdução

O presente Relatório da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (doravante designada por ECFP) contém as conclusões dos trabalhos de auditoria efetuados às contas da campanha da eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pelo **Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses**, daqui em diante designado por **PCTP/MRPP**, ou apenas por **Candidatura**.

2. Método e Responsabilidade

2.1. Método

A auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objetivo de obter um grau de segurança moderado sobre as contas de campanha e preparadas de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro adotadas em Portugal - Sistema de Normalização Contabilística e demais regulamentação específica que regula as atividades de campanha eleitoral.

Face ao exposto, e quando aplicáveis, os procedimentos adotados foram os seguintes:



- (i) Análise dos procedimentos de controlo interno adotados para assegurar a identificação das ações de campanha eleitoral, a integral quantificação dos meios utilizados para a realização de cada uma dessas ações de campanha e a sua correta reflexão nas respetivas contas da campanha, o integral registo das receitas de campanha e o integral registo das despesas, no período adequado;
- (ii) Comprovação de que as ações de campanha estão integralmente refletidas nas contas da campanha eleitoral, correspondem às ações realizadas e foram corretamente valorizadas a preços de custo e/ou de mercado;
- (iii) Cruzamento das ações de campanha eleitoral identificadas através da verificação física efetuada pela ECFP com as despesas e receitas, refletidas na demonstração de receitas e despesas;
- (iv) Verificação da integral apresentação dos extratos bancários da conta bancária da campanha, desde a abertura até ao encerramento da conta (incluindo confirmação do encerramento da conta e análise do destino do saldo da campanha);
- (v) Verificação da identificação do mandatário financeiro, bem como da respetiva publicação em jornal de circulação nacional;
- (vi) Verificação da correta contabilização do valor da subvenção estatal;
- (vii) Verificação do valor relativo a despesas com conceção, produção e afixação de estruturas, cartazes e telas que se destinam à utilização na via pública, e seu peso relativo no valor da subvenção (pertinente para efeitos do disposto no artigo 18.º, n.º 6, da Lei n.º 19/2003);
- (viii) Comprovação de que as receitas de campanha obtidas mediante donativos e angariações de fundos foram integralmente depositadas na conta bancária de campanha, refletidas no período correto e que a sua obtenção foi conseguida em obediência aos preceitos legais aplicáveis, designadamente quanto à identificação dos montantes e da sua origem e dentro do limite que a lei estipula (artigo 16.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003);



- (ix) Comprovação de que os donativos em espécie e os bens cedidos a título de empréstimo constam das contas de campanha e estão valorizados a preços de mercado, bem como a verificação da identidade dos doadores e respetivas declarações;
- (x) Comprovação de que as situações de colaboração de militantes, simpatizantes e de apoiantes, a que se refere o n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 19/2003, estão suficientemente caracterizadas para poderem ser distinguidas de donativos em espécie;
- (xi) Verificação de que as contribuições do partido político estão certificadas pelos órgãos competentes do Partido e refletidas na conta bancária da campanha;
- (xii) Comprovação de que as cedências de bens afetos ao património do(s) partido(s) político(s), a que se refere o n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, estão adequadamente suportadas, com identificação dos bens cedidos e respetivo período de cedência;
- (xiii) Comprovação de que as despesas de campanha estão integralmente refletidas nas contas bancárias de campanha e registadas nas respetivas contas de campanha, são razoáveis face à natureza e quantidade dos bens adquiridos e dos serviços prestados, estão adequadamente suportadas do ponto de vista documental e revelam valores em conformidade com os constantes da Listagem n.º 2/2020 ou com o mercado, devidamente demonstrada;
- (xiv) Verificação do cumprimento do limite de despesas, estabelecido por lei (artigo 20.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003);
- (xv) Obtenção de confirmação externa das mais importantes transações e saldos junto dos respetivos terceiros, e;
- (xvi) Avaliação da existência de passivos omissos, não registados, e de outras contingências.



(xvii) Verificação de que o pagamento das despesas de campanha foi efetuado por instrumento bancário, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, à exceção das despesas de montante inferior ao valor do IAS desde que, durante o período eleitoral não tenham excedido o valor global de 2 % dos limites fixados para as despesas de campanha (artigo 19.º, n.º 3, da Lei n.º 19/2003).

2.2. Responsabilidade do mandatário financeiro

É da responsabilidade do mandatário financeiro a preparação e apresentação das contas de campanha para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, os quais devem apresentar de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da campanha para a mencionada eleição e o resultado das suas ações, nos termos do articulado da Lei n.º 19/2003, especialmente dos seus artigos 21.º e 22.º.

3. Informação Financeira

No âmbito das atividades desenvolvidas na campanha da eleição para a Assembleia da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, a **Candidatura** apurou uma receita global de 2.945,00 EUR (cfr. Anexo I) e uma despesa total de 2.840,87 EUR (cfr. Anexo II). Face ao valor das receitas e das despesas apresentadas apurou-se um saldo positivo, no valor de 104,13 EUR da conta da campanha eleitoral, valor que, a confirmar-se, deverá reverter para o Estado, os termos do n.º 5 do artigo 18.º da L 19/2003,

O financiamento das despesas de campanha foi assegurado através de Contribuição do Partido Político, no montante de 2 150,00 EUR, e produto de Angariação de Fundos, no montante de 795,00 EUR (Anexo I).



4. Resultados / Observações

4.1. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha

Decorre do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas, as quais devem ser discriminadas nos termos do artigo 12.º, n.º 3, alíneas b) e c), *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

Assim, neste contexto, os documentos do processo de prestação de contas da campanha eleitoral, apresentados pelo PCTP/MRPP, padecem da seguinte deficiência:

- A.** O “ANEXO VIII – Balanço de campanha eleitoral” apresentado pela Candidatura (cfr. fls. 38 do PA) não se encontra elaborado de forma adequada, em virtude da deficiente apresentação das rubricas “Saldo Final da Campanha” e “Caixa e depósitos bancários”. Concretizando:
- i.** Na rubrica “Saldo Final da Campanha” deveria ter sido registado o valor de 104,13 EUR, ao invés de saldo nulo, correspondente ao “Resultado líquido da campanha” apresentado no “ANEXO IX – Demonstração dos resultados de campanha à data do fecho de contas da campanha eleitoral” (cfr. fls. 39 do PA);
 - ii.** A rubrica “Caixa e depósitos bancários” deveria registar o valor de 104,13 EUR, correspondente ao valor em numerário detido pela Candidatura após fecho da conta bancária da campanha;
- B.** A Candidatura apresentou o “ANEXO X – Anexo às contas de Campanha” sem qualquer informação (cfr. fls. 40 do PA).

O Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados faz parte do conjunto de demonstrações financeiras a apresentar no processo de prestação de contas. Este documento deve respeitar o detalhe previsto na Norma Contabilística e de Relato



Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (publicada no Aviso 8259/2015 de 29/07), nomeadamente nas alíneas b) e c) do parágrafo 4.18, designadamente apresentar informação acerca das bases de preparação das demonstrações financeiras, bem como proporcionar informação adicional relevante para uma melhor compreensão quer do Balanço quer da Demonstração dos Resultados, e que permita divulgar toda a informação que não seja apresentada no balanço e na demonstração dos resultados e informação adicional que não se encontre refletida nestas demonstrações financeiras, mas que seja relevante para uma melhor compreensão das mesmas.

As situações descritas em A. e B. representam uma inadequada organização contabilística, configurando, por isso, uma violação do disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma.

4.2. Receita não refletida na conta bancária de campanha

Nos termos do artigo 16.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 19/2003, as atividades da campanha eleitoral podem ser financiadas por contribuições de partidos políticos.

Do n.º 2 do citado artigo resulta a obrigatoriedade de que todas as contribuições dos partidos às campanhas, dotações provisórias e contribuições previstas na alínea b) do número anterior, sejam certificadas por documentos emitidos pelos órgãos competentes do respetivo partido.

Por sua vez, decorre do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas.

No caso em análise, a Candidatura registou no “ANEXO IX – Demonstração dos resultados da campanha à data do fecho de contas da campanha” e no “Mapa M2 – Conta – Contribuição de Partido(s) Político(s)” as seguintes contribuições do PCTP/MRPP, que perfazem o valor total de 2.150,00 EUR, certificadas por documentos emitidos pelos órgãos competentes do Partido (cfr. fls. 39, 42 e 51 do PA):



- A. Registo de contribuição de partido político, no valor de 2.000,00 EUR, suportada por transferência para a conta bancária de campanha, datada de 19/10/2020, com o descritivo “
” (cfr. fls. 23 do Anexo I do PA), e;
- B. Registo de contribuição de partido político, no valor de 150,00 EUR, cujo movimento bancário não foi possível ser identificado na conta bancária de campanha com o IBAN
, aberta junto do banco “Santander Totta, S.A.” (cfr. fls. 23 do Anexo I do PA).

Acresce que, na declaração emitida pelos órgãos competentes do PCTP/MRPP, o Partido assume ter realizado esta contribuição por transferência bancária, em 26/10/2020 (cfr. fls. 22 do PA).

Assim, a receita identificada em **B.** ao não se encontrar refletida na conta bancária de campanha conduz à verificação da violação do disposto no artigo 15.º, n.º 3, da Lei n.º 19/2003.

4.3. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – produto da atividade de angariação de fundos

Nos termos do artigo 16.º, n.º 1, alíneas c) e d), da Lei n.º 19/2003, as atividades da campanha eleitoral podem ser financiadas por donativos de pessoas singulares no âmbito de atividades de angariação de fundos.

Para efeitos não só de transparência das contas, mas também da aferição do cumprimento das restrições constantes do mencionado artigo 16.º, as receitas obtidas no âmbito de angariação de fundos têm de obedecer a uma série de imposições, que vão desde a verificação do limite legal do respetivo valor, a identificação do montante e origem até à necessidade da respetiva discriminação (cfr. artigo 16.º, n.º 4 e artigo 12.º, n.ºs 1, 2 e 3, alínea b), *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, todos do mesmo diploma).

Por sua vez, atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de



organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e que estas se encontrem suportadas por documentos de suporte que permitam comprovar estas receitas.

O princípio da representação fidedigna (cfr. parágrafo 33 da Estrutura Conceptual do SNC) estatui que toda a informação deve representar fidedignamente as transações e outros acontecimentos que ela ou pretende representar ou possa razoavelmente esperar-se que represente.

Dispõe ainda a alínea b) do n.º 7 do artigo 12.º do mesmo diploma a obrigatoriedade de elaboração de uma lista própria discriminada, a anexar à contabilidade, relativa às receitas decorrentes do produto da atividade de angariação de fundos, com a identificação do tipo de atividade e data de realização. Deste modo, para a aferição da origem de tal receita, a referida lista deve discriminar as receitas e as despesas correspondentes a cada atividade de angariação de fundos.

No caso, a Candidatura registou no “ANEXO IX – Demonstração dos resultados da campanha à data do fecho de contas da campanha” e no “Mapa M3 – Receitas de Campanha – Produto de Angariação de Fundos” receitas provenientes do produto de angariação de fundos, no valor total de 795,00 EUR, suportadas por recibos emitidos pela Candidatura e por transferências bancárias ou depósitos em numerário para a conta bancária da campanha (cfr. fls. 39, 43 e 69 a 71, do PA e extratos bancários da conta de depósitos à ordem com o IBAN , aberta junto do banco “Santander Totta, S.A.”, a fls. 23 do Anexo I do PA).

Da análise documental efetuada às receitas provenientes da atividade de angariação de fundos denominada “Campanha de Fundos – Eleições ALRAA” foram identificadas as seguintes situações:

- A. No “Mapa M3 – Receitas de Campanha – Produto de Angariação de Fundos” a Candidatura identificou a atividade “Campanha de Fundos – Eleições ALRAA”, não tendo, contudo, indicado a sua data de realização, violando, por esta via, o disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 12.º da Lei n.º 19/2003 (cfr. fls. 43 do PA);



B. Foram registadas as seguintes receitas, suportadas por depósitos bancários que não permitem identificar a respetiva origem:

- i. Receita no valor de 500,00 EUR, suportada pelo recibo n.º 1 emitido em nome de “
”, datado de 24/09/2020, e por depósito bancário efetuado em 24/09/2020 com o descritivo “DEPÓSITO NUMERÁRIO”, e;
- ii. Receita no valor de 70,00 EUR, suportada pelo recibo n.º 6 emitido em nome de “
”, datado de 23/10/2020, e por depósito bancário efetuado em 23/10/2020 com o descritivo “DEPÓSITO NUMERÁRIO”.

As situações supra descritas impedem a verificação e comprovação da origem das receitas refletidas na conta bancária de campanha, no valor total de 570,00 EUR, o que configura uma violação do artigo 16.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003;

C. Foi registada receita no valor de 70,00 EUR, suportada pelo recibo n.º 5 emitido em nome de “
”, no qual consta o montante de 40,00 EUR, e pela transferência bancária datada de 23/10/2020 com o descritivo “TRANSF
”, no valor de 70,00 EUR.

Tal situação configura uma violação do dever genérico de organização contabilística, previsto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003, por força da impossibilidade de confirmar a efetividade das receitas obtidas no âmbito da atividade de angariação de fundos e de corroborar a informação financeira constante das demonstrações financeiras, do mapa analítico e dos extratos da conta bancária de campanha.

Em suma, as situações identificadas em **A.**, **B.** e **C.** violam as disposições conjugadas dos artigos 12.º, n.ºs 1, 2 e 7, alínea b), aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, e 16.º, n.ºs 1, alínea d), e 4, todos da Lei n.º 19/2003.



4.4. Ausência de registo de receita de campanha

Nos termos do artigo 16.º, n.º 1, alíneas c) e d), da Lei n.º 19/2003, as atividades da campanha eleitoral podem ser financiadas por donativos de pessoas singulares obtidos no âmbito de atividades de angariação de fundos.

Para efeitos não só da transparência das contas, mas também da aferição do cumprimento das restrições constantes do mencionado artigo 16.º, como já se referiu, as receitas obtidas no âmbito de angariação de fundos têm de obedecer a uma série de imposições, que vão desde o limite do respetivo valor à identificação do seu montante e origem (cfr. artigo 16.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003).

Como já foi salientado, atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, todas as suas receitas. Acresce que, de acordo com a alínea b) do n.º 3 do mencionado artigo, tais receitas devem encontrar-se devidamente discriminadas.

In casu, a análise aos movimentos bancários da conta de depósitos à ordem com o IBAN |
| , aberta junto do banco “Santander Totta, S.A.”, permitiu identificar uma transferência bancária, no valor de 150,00 EUR, com o descritivo “TRF.A CRED.SEP+
| ”, datada de 26/10/2020, que não se encontra registada nas contas da campanha eleitoral (cfr. fls. 39, 41 a 43, do PA e fls. 23 do Anexo I do PA).

Deste modo, foi violado o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1, 2 e 3, alínea b), aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

4.5. Deficiências no suporte documental de algumas despesas

Como já se referiu, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do artigo 12.º da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, as despesas de campanha, que juntamente com as



suas receitas têm de se encontrar refletidas na contabilidade, devem ainda ser objeto de discriminação.

Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas despesas efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo.

Tais despesas devem respeitar os valores de mercado, definidos nos termos do artigo 24.º, n.º 5, da Lei n.º 19/2003, através da publicação pela ECFP de uma lista indicativa do valor dos principais meios de campanha, sendo que a fiscalização a que se refere este artigo respeita quer às contas dos partidos políticos quer às contas das campanhas eleitorais (cfr. n.º 1, do artigo 24.º, da Lei n.º 19/2003).

Feito este enquadramento, para que se possa proceder ao cotejo entre as despesas efetuadas pelo Partido e os preços praticados no mercado é necessário que a estas subjaza documentação de suporte que detalhe os elementos indispensáveis à aferição da razoabilidade dos preços cobrados, permitindo, assim, a comparação com os valores contantes da Listagem n.º 2/2020, publicada em *Diário da República, II Série*, n.º 117, de 18 de junho.

No caso, foi registada no “ANEXO IX – Demonstração dos resultados da campanha à data do fecho de contas da campanha” e no “Mapa M8: Conta – Despesas de Campanha – Estruturas, cartazes e telas” despesa, no valor total de 476,01 EUR, suportada pela fatura n.º “1 2000/000447” do fornecedor “Parallel Rainbow”, datada de 12/10/2020 (cfr. fls. 39, 46 e 72 do PA).

A análise da fatura permitiu verificar que no seu descritivo consta “Produção de cartazes 50x70”, na quantidade de 150 e valor de 295,00 €, a que acresce 23% de IVA, sem informação complementar que permita identificar o tipo de impressão, impossibilitando realizar o cotejo entre o valor de aquisição e os valores de mercado constantes da Listagem indicativa n.º 2/2020.

Esta situação configura uma violação do dever genérico de organização contabilística e o incumprimento do regime legal relativo às despesas de campanha eleitoral previstos nos artigos 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, todos da Lei n.º 19/2003.



5. Conclusões

Com base no trabalho efetuado, atenta a falta de informação e incorreções identificadas no decurso dos trabalhos de auditoria às contas de campanha da eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pela **Candidatura**, verificam-se as seguintes irregularidades:

- i. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha (ver ponto 4.1.);
- ii. Receita não refletida na conta bancária de campanha (ver ponto 4.2.);
- iii. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – produto de atividade de angariação de fundos (ver ponto 4.3.);
- iv. Ausência de registo de receita de campanha (ver ponto 4.4.), e;
- v. Deficiências no suporte documental de algumas despesas (ver ponto 4.5.).

A ECFP considera que, para além das situações descritas, nada mais chegou ao seu conhecimento que leve a concluir sobre a existência de situações materialmente relevantes que afetem as contas de campanha da eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pelo **Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP/MRPP)**.

6. Direito ao Contraditório

Após a notificação do presente Relatório, dispõe o **Partido** do prazo de 10 (dez) dias para, querendo, se pronunciar e/ou juntar ao procedimento elementos comprovativos da regularização das situações detetadas ou outros elementos que considere relevantes, para efeitos de exercício do direito ao contraditório (artigo 41.º, n.º 2, da LO n.º 2/2005).



Lisboa, 6 de junho de 2024

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Carla Cardador

Lígia Ferro da Costa

Pedro Roque

(Presidente)

(Vogal)

(Vogal, Revisor Oficial de Contas)



Lista de Anexos

ANEXO I	Conta resumo – Receitas de Campanha
ANEXO II	Conta resumo – Despesas de Campanha
ANEXO III	Detalhe de Movimentos da Conta à Ordem

Anexo I – Conta resumo – Receitas de Campanha

ELEIÇÃO DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES - 2020

Partido Político ou Coligação Eleitoral: Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP/MRPP)

ANEXO XI
CONTA - RECEITAS DE CAMPANHA

Receitas	Detalhe	Valor		
		Real	Orçamento	Desvio
Subvenção Estatal	Mapa M1	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Partido(s) político(s)	Mapa M2	2 150,00	350,00	1 800,00
Produto de Angariação de Fundos	Mapa M3	795,00	2 500,00	-1 705,00
Subtotal		2 945,00	2 850,00	95,00
Donativos em espécie	Mapa M4	0,00		
Cedência de bens a título de empréstimo	Mapa M5	0,00		
Subtotal		0,00		
Total das Receltas		2 945,00		



ANEXO II – Conta resumo – Despesas de Campanha

ELEIÇÃO DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES - 2020

Partido Político ou Coligação Eleitoral: Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP/MRPP)

ANEXO XII
CONTA - DESPESAS DE CAMPANHA

Despesas	Detalhe	Valor		
		Real	Orçamento	Desvio
Conceção da campanha, agências de comunicação e estudos de mercado	Mapa M6	0,00	750,00	-750,00
Propaganda, comunicação impressa e digital	Mapa M7	2 332,20	750,00	1 582,20
Estruturas, cartazes e telas	Mapa M8	476,01	750,00	-273,99
Comícios, espetáculos e caravanas	Mapa M9	0,00	200,00	-200,00
Brindes e outras ofertas	Mapa M10	0,00	0,00	0,00
Custos administrativos e operacionais	Mapa M11	32,66	200,00	-167,34
Outras	Mapa M12	0,00	200,00	-200,00
Subtotal		2 840,87	2 850,00	-9,13
Donativos em espécie	Mapa M13	0,00		
Cedência de bens a título de empréstimo	Mapa M14	0,00		
Subtotal		0,00		
Total das Despesas		2 840,87		

**ENTIDADE DAS CONTAS
E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS**

**Relatório da ECFP relativo às Contas Campanha ALRAA 2020,
apresentadas pelo PCTP/MRPP**

PA 11/ALRAA/20/2020

